

ConsulGov Soluções Integradas

Ofício nº 001

À

Câmara Municipal de Jataí de Goiás

A/C: Juliana / Fiscal Contrato

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro – Contrato nº 019/2025

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **Consulgov Soluções Integradas LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **35.558.747/0001-44**, com sede em **Rua 258, nº 36, Quadra B, Lote 25, Vila Viana, Goiânia-Go, CEP: 74.635-160**, por meio de seu representante legal, vem, respeitosamente, solicitar a Vossa Senhoria o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato supracitado, firmado em 26/08/2025, referente à Serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, para o asseio, higienização das instalações da Câmara Jataí-GO, resultante do pregão eletrônico nº 003/2025, com fundamento no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e Convenção Coletiva trabalho.

1. Objeto Contratual:

- **Contrato nº:** 019/2025
- **Objeto:** Contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização no edifício sede da Câmara Municipal de Jataí.
- **Vigência:** 26/08/2025 a 26/08/2026

2. Desequilíbrio Econômico-Financeiro:

Ocorre que, fatos imprevisíveis e extraordinários, alheios à vontade das partes e que fogem à álea normal dos contratos, como reajuste de convenção coletiva, provocaram uma elevação significativa nos custos de execução do contrato, desconfigurando a equação econômico-financeira estabelecida na proposta original.

ConsulGov Soluções Integradas

3. Justificativa e Provas:

A elevação dos encargos para a contratada se deu por reajuste de convenção coletiva.

Para comprovar tal majoração, anexamos:

- Planilha de Custos detalhada (Proposta Original ano 2025)
- Planilha de Custos detalhada (Atual ano 2026)
- Convenção Coletiva trabalho ano 2025
- Convenção Coletiva trabalho ano 2026

4. Pedido:

Diante do exposto e em conformidade com a legislação vigente, requer-se a revisão do valor contratual para que seja implementado o reequilíbrio econômico-financeiro, ajustando o preço mensal para **R\$ 10.913,92** (dez mil novecentos e treze reais e noventa e dois centavos), ou aplicando um percentual de aumento de 7,06% sobre valor mensal, a fim de restabelecer o equilíbrio contratual e garantir a continuidade da execução do objeto sem prejuízo à contratada.

Alternativamente, caso não seja possível o reequilíbrio, solicita-se a liberação da empresa de suas obrigações contratuais, sem aplicação de penalidades.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Atenciosamente,

Goiânia, aos 22 dias do mês de janeiro do ano de 2026.



Pedro Henrique Gomes Ferreira

CNPJ: 35.558.747/0001-44